

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho): Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: A verdade inescapável	2
Título: Por partes.....	4
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	4
Título: Apenas Ministério da Defesa tem alta salarial já garantida	4
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	6
Título: CSN negocia com Bradesco e tenta reverter ação na Justiça	6
Título: Geopolítica do petróleo	6

VEÍCULO: O Globo**Data: 30/09/2018****Seção: Colunas****Autor: Míriam Leitão****Título: A verdade inescapável**

O programa do PT fala em fortalecer a Petrobrás mas o partido a enfraqueceu. O acordo da Petrobras com o Departamento de Justiça americano, fechado na semana passada, foi mais um dos episódios da lenta e difícil recuperação da estatal depois do ataque feito contra ela no período em que o Partido dos Trabalhadores governou o Brasil.

As narrativas do PT são mentiras bem construídas, usando pedaços de verdade para desviar o olhar do ponto principal. E o ponto sobre a Petrobras é que a empresa foi assaltada. O partido é o segundo colocado nas intenções de voto e tem chances de passar a primeiro no segundo turno, por isso é preciso que fique claro o seu erro.

Se voltar ao poder, a fiscalização tem que ser redobrada para evitar-se a repetição da mesma tragédia. Internamente há mais anticorpos hoje que podem impedir uma nova tragédia como a que foi revelada pela Lava-Jato. Na negociação com o Departamento de Justiça, a estatal brasileira teve que lutar para não ser considerada empresa corrupta pela legislação americana. Se o fosse, seria banida do mercado americano.

Conseguiu fechar o acordo, pagará um preço alto, mas se livrou do pior. Ficou escrito no documento assinado que durante os anos de 2004 a 2012 "os executivos e seus gerentes" junto com "fornecedores e prestadores de serviço montaram um enorme esquema de fraude e propina". Este período é o dos governos de Lula e Dilma.

Os maiores beneficiários desse esquema foram os partidos que estavam no poder, principalmente o PT, o PP, o PMDB. A governança começou a mudar com Pedro Parente em 2016 e continuou com Ivan Monteiro. Uma das razões de a corrupção ter sido bem-sucedida na empresa era a estrutura corporativa.

Cada diretoria era uma espécie de "baby Petrobras", como explica um executivo. Assim, a diretoria de Abastecimento, por exemplo, comandada até 2012 por Paulo Roberto Costa funcionava como se fosse uma empresa independente. "Era um silo fechado", ao qual outras diretorias não tinham acesso, e que reportava a si mesmo. Isso foi substituído por uma estrutura com mais comunicação interna e decisões colegiadas.

Nada do que foi feito blindou a empresa, contudo. A narrativa do PT é que a companhia chegou ao maior valor de mercado em 2008 na época do Lula. De fato, por causa do pré-sal e do preço do petróleo, mas também foi no governo Dilma que ela teve o seu valor mais baixo, quando a empresa não tinha sequer a capacidade de ter um balanço auditável.

Afirma-se que foi Dilma que demitiu Paulo Roberto Costa, até antes da Lava-Jato. É verdade, mas foi Lula quem nomeou. A verdade inescapável é que a Lava-Jato descobriu um esquema gigantesco de corrupção na companhia montado nos governos petistas. A mesma operação que hoje tem sido combatida por tantos políticos e enfraquecida por decisões do Supremo.

O país deve à Lava-Jato o começo da operação que tem recuperado a Petrobras. Na semana passada, houve a superação de mais um obstáculo no processo de saneamento da empresa. O PT tem feito, há anos, uso eleitoral da acusação que faz aos adversários de quererem privatizar a companhia. O esquema descoberto pela Polícia Federal e pelo Ministério Público é a pior forma de privatização.

A que usa a empresa para o bem partidário. O sucesso da 5ª rodada de leilão do pré-sal ilumina outro erro cometido pelos governos petistas. As mudanças regulatórias tornaram a disputa mais competitiva, participaram 12 empresas estrangeiras que ofereceram volumes de óleo-lucro à União muito acima do valor mínimo. Quem menos ofereceu foi a Petrobras ao exercer seu direito de preferência.

Antes a empresa era obrigada a ser a operadora única e isso era uma camisa de força para ela e para o país. A perspectiva é de que nas próximas três décadas o Estado brasileiro tenha um enorme lucro com esse leilão da última sexta. Cálculos são de R\$ 240 bilhões só de pagamento de impostos. A Petrobras é fundamental para o país e precisa ser blindada contra a corrupção e protegida dos erros ideológicos, qualquer que seja a tendência do governo escolhido pelos eleitores brasileiros.

Alguns erros são conhecidos: indicações políticas, falta de autonomia, imposição de investimento sem retorno, uso da política de preços para segurar a inflação. Tudo isso enfraqueceu a Petrobras. Essa é a verdade que derrota qualquer narrativa.

VEÍCULO: O Globo**Data: 30/09/2018****Seção: Colunas****Autor: Lauro Jardim****Título: Por partes**

A Odebrecht ainda não recebeu uma proposta firme da LyondellBasell pela Braskem. As negociações, contudo, estão mais do que avançadas. Depois de fechar com a Odebrecht, a gigante holandesa da área petroquímica vai comprar a parte da Petrobras na empresa. Se o negócio for concluído, como tudo indica, será a maior aquisição de uma empresa brasileira já feita por uma estrangeira.

Movidos a etanol

A alta da gasolina nos últimos meses fez bem ao setor do etanol. Em São Paulo, o maior mercado do Brasil, o etanol hidratado já abastece 56% dos veículos que rodam pelo estado, de acordo com dados do setor de distribuição de combustíveis. Em julho do ano passado, esse percentual era de 38%.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 30/09/2018****Seção: Mercado****Autor: Maeli Prado****Título: Apenas Ministério da Defesa tem alta salarial já garantida**

Aumento dos soldos consta do projeto de lei orçamentária do ano que vem

Única pasta que garantiu reajuste salarial no ano que vem, o Ministério da Defesa contará em 2019 com um Orçamento R\$ 6 bilhões maior do que o deste ano. É o segundo maior aumento da Esplanada, atrás somente do MEC (Ministério da Educação).

A alta dos soldos de militares custará R\$ 4,2 bilhões aos cofres públicos em 2019, o que coloca a pasta à frente até de ministérios como Saúde quando o assunto é aumento de gastos sobre 2018.

O projeto de lei da LOA (Lei Orçamentária Anual), que ainda será discutido pelo Congresso, também inclui provisões para os reajustes do MEC (R\$ 2 bilhões) e da Justiça (R\$ 700 milhões).

Nesses casos, entretanto, uma medida provisória assinada pelo presidente Michel Temer, que pode cair se não for confirmada pelo Congresso em janeiro próximo, adia os aumentos para 2020.

Os integrantes das Forças Armadas foram poupados pelo argumento de que não seria adequado reter aumentos em um momento em que está em curso a intervenção no Rio. O Ministério da Defesa tem muito pessoal, o que faz o reajuste ter um impacto bastante forte.

A pasta também está entre as campeãs de investimentos, afirma Ricardo Volpe, diretor da consultoria de Orçamento e Fiscalização da Câmara.

No ano que vem, terá R\$ 8,8 bilhões para investimentos e despesas com aquisições de imóveis ou manutenção de bens em uso —o terceiro valor entre as pastas, perdendo somente para os Ministérios do Trabalho e dos Transportes.

Com R\$ 2,5 bilhões previstos, o maior gasto da pasta em 2019 (excluídos gastos obrigatórios, como com pessoal) é a capitalização da Emgepron, estatal que gerencia projetos navais e é responsável pela construção de corvetas (navios de guerra) para renovar a frota da Marinha.

O montante não entra no teto de gastos, a regra que limita as despesas do governo à inflação do ano anterior, pois elevar o capital social de estatal fica fora do teto.

Em segundo e terceiro lugares entre os investimentos da Defesa, aparecem aquisições de cargueiros (R\$ 715 milhões) e compra de caças (R\$ 645 milhões).

O Orçamento de 2019 preocupa pois será o mais apertado em uma década, com despesas não obrigatórias, ou seja, aquelas sobre as quais o governo tem controle, de apenas R\$ 102,5 bilhões.

Para se ter uma ideia do tamanho do problema, é um valor R\$ 11,5 bilhões menor do que o registrado em 2017, quando as restrições orçamentárias já provocaram demissões de funcionários terceirizados do serviço público e até paralisação de serviços, como emissão de passaportes.

Foi nesse cenário de contenção que o MEC negociou R\$ 10 bilhões a mais em seu Orçamento de 2019: houve ameaça de corte de milhares de bolsas do Capes, principal agência de fomento à pós-graduação.

No caso da Saúde, a previsão com base somente no projeto da LOA é de queda de R\$ 1,6 bilhão para gastos. Considerando-se na conta as emendas

parlamentares, que ainda serão incluídas, a pasta passa a ter uma alta de R\$ 4,4 bilhões.

Entre os ministérios que mais irão perder recursos, segundo o projeto, estão **Minas e Energia** e Cidades, com reduções de R\$ 2,7 bilhões e R\$ 5,6 bilhões.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 30/09/2018

Seção: Colunas

Autor: Aline Bronzati, Cynthia Decloedt, Fernanda Guimarães

Título: CSN negocia com Bradesco e tenta reverter ação na Justiça

Coluna do broadcast

A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) negociou um prazo com o Bradesco para retomar as conversas sobre o alongamento da sua dívida. Para sentar novamente à mesa com seu credor, a empresa se debruça, no momento, na busca de uma solução para um imbróglio na Justiça, diante de uma decisão que a impediu de distribuir dividendos, no último dia 30 de agosto, no valor de R\$ 890 milhões. Se o pagamento for liberado, parte dos proventos irá para o caixa da holding da família Steinbruch, dona da siderúrgica, e será utilizada para amortizar a dívida que ela detém junto ao Bradesco. Esse desenho envolvendo os vencimentos da holding, por sua vez, foi o acertado com o credor como condição para o reperfilamento da dívida da CSN. Assim, para seguir com o que foi previamente combinado, a siderúrgica precisa liberar o pagamento. Neste ano, a CSN já negociou sua dívida com Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

» Barrados. A decisão da Justiça, que barrou o dividendo, foi dada pela 10ª Vara de Execuções Fiscais da Justiça Federal de São Paulo, após ação da Fazenda Nacional, que tenta trocar a execução de penhora de bens móveis, em uma execução fiscal, por dinheiro. Tal ação ocorreu depois de se tornar público o acerto da empresa com a instituição financeira. Procurados, a CSN e o Bradesco não comentaram.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 30/09/2018

Seção: Colunas

Autor: Lourival Sant'Anna

Título: Geopolítica do petróleo

O Brasil teve uma atitude rara na sexta-feira: aproveitou uma oportunidade da conjuntura internacional. O leilão de quatro áreas de pré-sal na Bacia de Campos coincidiu com o petróleo cruzando a barreira de US\$ 80 o barril, ou quase o dobro do valor há um ano e o triplo de 2016. A alta do preço do petróleo tem várias causas. Novas sanções dos Estados Unidos contra o Irã entram em vigor no dia 4 de novembro. O Irã é o terceiro maior produtor da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep). Suas exportações caíram 800 mil barris por dia desde que o presidente americano Donald Trump anunciou, no início de maio, o rompimento do acordo nuclear iraniano. De lá para cá, o preço do barril subiu 20%.

As sanções devem retirar outros 500 mil a 1,5 milhão de barris de petróleo iraniano do mercado, diante do temor dos importadores de represálias dos EUA. A produção da Venezuela, que detém as maiores reservas do mundo, cai mês a mês. De 3,2 milhões de barris diários (b/d) quando o ex-presidente Hugo Chávez assumiu, em 1999, encolheu para 2,4 milhões quando Nicolás Maduro o sucedeu, em 2013, e agora está em 1,4 milhão de barris por dia. A Rússia e a líder da Opep, a Arábia Saudita, pretendem seguir adiante com a decisão conjunta de não aumentar a oferta global de petróleo. Os dois países são o primeiro e o segundo maior produtor mundial, respectivamente.

Novo patamar. Um barril mais próximo de US\$ 100 do que de US\$ 50 é mais condizente com as necessidades de gastos e de investimentos do presidente russo, Vladimir Putin. E o petróleo saudita é o que mais substituirá o iraniano. A Rússia está batendo novo recorde de produção de petróleo desde o fim da União Soviética (quando se somava à das repúblicas da Ásia Central). De 11,21 milhões b/d em agosto, deve superar 11,35 milhões em setembro. Como se vê, manter estável a oferta global não impede esses países de aumentar a sua produção individual.

O aumento do preço é uma situação de ganha-ganha para eles, já que ao mesmo tempo poderão vender mais. Chame isso de geopolítica do petróleo: a Arábia Saudita, principal rival regional do Irã, fomenta e ao mesmo tempo se beneficia da hostilidade do presidente Donald Trump contra o regime iraniano. A Rússia, aliada do Irã no conflito da Síria, se favorece duplamente com a ruptura do acordo. Além do petróleo mais caro, a Rússia também terá mais oportunidades de comércio e investimentos com o Irã, já que não adere às sanções americanas.

Ao contrário, também é alvo delas. Em terceiro lugar no ranking vêm os EUA, cuja produção quase dobrou entre 2007 (5,1 milhões b/d) e 2017 (9,3 milhões), com a exploração do petróleo de xisto. Como grandes consumidores, no entanto, os americanos estão em 13.^o no ranking dos exportadores de petróleo. Trump se preocupa com o impacto do aumento do preço da gasolina sobre sua

campanha à reeleição em 2020 e quer estimular o aumento da produção. No entanto, essa capacidade está se esgotando, por gargalos de infraestrutura. O que se contrapõe ao cenário de alta do preço do barril é a dinâmica da economia chinesa e global. A China, que foi responsável pela maior parte do aumento da demanda de petróleo na década passada, está desacelerando. Além disso, a sofisticação de sua indústria e a conversão para o setor de serviços diminuem rapidamente seu consumo de energia.

O Banco Central dos Estados Unidos elevou mais uma vez os juros na semana passada, e deve continuar fazendo isso este ano e no ano que vem. O Banco Central Europeu também sinaliza com redução dos estímulos adotados desde a crise de 2008. O mundo vai crescer menos no ano que vem e, com ele, a demanda por petróleo. A conclusão é que o Brasil deve evitar dois erros do passado recente: gastar o que não tem e afugentar investimentos estrangeiros, com reservas de mercado para a Petrobrás e outras estatais.

MME / ASCOM .